

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**POBREZA FEMININA MULTIDIMENSIONAL:  
UMA APLICAÇÃO DO MÉTODO ALKIRE FOSTER  
(AF) NAS GRANDES REGIÕES BRASILEIRAS NOS  
ANOS DE 2001 E 2011.**

**MONOGRAFIA**

**Taís Regina da Silva Ferreira**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2015**

**POBREZA FEMININA MULTIDIMENSIONAL:  
UMA APLICAÇÃO DO MÉTODO ALKIRE FOSTER (AF) NAS  
GRANDES REGIÕES BRASILEIRAS NOS ANOS DE 2001 E 2011.**

**Taís Regina da Silva Ferreira**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) como requisito parcial para a obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Econômicas**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Solange Regina Marin**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2015**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Departamento de Ciências Econômicas**

**POBREZA FEMININA MULTIDIMENSIONAL:  
UMA APLICAÇÃO DO MÉTODO ALKIRE FOSTER (AF) NAS  
GRANDES REGIÕES BRASILEIRAS NOS ANOS DE 2001 E 2011.**

elaborada por  
**Taís Regina da Silva Ferreira**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Bacharel em Ciências Econômicas.**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

**Solange Regina Marin, Dr<sup>a</sup>.**  
(Presidente/Orientador)

**Daniela Dias kühn, Dr<sup>a</sup>.** (UFSM)

**Paulo Ricardo Feistel, Dr.** (UFSM)

Santa Maria, 09 de julho de 2015.

## **RESUMO**

Monografia de Graduação  
Curso de Ciências Econômicas  
Universidade Federal de Santa Maria

### **POBREZA FEMININA MULTIDIMENSIONAL: UMA APLICAÇÃO DO MÉTODO ALKIRE FOSTER (AF) NAS GRANDES REGIÕES BRASILEIRAS NOS ANOS DE 2001 E 2011.**

AUTORA: TAÍS REGINA DA SILVA FERREIRA  
ORIENTADORA: SOLANGE REGINA MARIN  
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 9 de julho de 2015.

A pobreza tem sido objeto de estudo nos últimos anos e as análises têm evoluído de um contexto unidimensional, baseado na renda monetária, para uma análise mais qualitativa e multidimensional, considerando outras dimensões que melhor explicam o fenômeno da pobreza e são essenciais para os indivíduos. Esta monografia tem como objetivo calcular uma medida multidimensional de pobreza para as mulheres das cinco grandes regiões do Brasil, nos anos de 2001 e 2011. A base de informações utilizada foi da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Para que fosse possível a realização desta análise, utilizou-se o método Alkire Foster (AF) que é composto de doze etapas e permite não só a identificação de quantos são os pobres, mas o quão pobres eles são. Para tanto, foram selecionados dezoito indicadores distribuídos em quatro dimensões: acesso a condições básicas de sobrevivência, acesso a trabalho e renda, acesso ao conhecimento e controle sobre o próprio ambiente. Os resultados obtidos demonstram que o Nordeste foi a região que apresentou a maior concentração da pobreza média (A) e da incidência ajustada ( $M_0$ ) em 2001. O contrário ocorreu na região Sudeste que registrou a menor pobreza média (A) e por consequência a menor incidência ajustada. Em 2011, a maior pobreza média (A) se concentrou na região Norte e a menor, na região Sul. É preciso que haja ações sociais e econômicas integradas que contribuam para a promoção do desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Pobreza multidimensional; Grandes regiões; Método Alkire-Foster.

## **ABSTRACT**

Monograph of graduation  
Economics Course  
Santa Maria Federal University

### **WOMEN'S MULTIDIMENSIONAL POVERTY: AN APPLICATION OF THE METHOD ALKIRE FOSTER (AF) IN BRAZILIAN REGIONS IN THE YEARS 2001 AND 2011.**

Author: TAÍS REGINA DA SILVA FERREIRA

Advisor: SOLANGE REGINA MARIN

Date and place of defense: Santa Maria, July 9, 2015.

Poverty has been studied in recent years and analyzes have evolved from a one-dimensional context, based on money income, for a more qualitative and multidimensional analysis, considering other dimensions that best explain the phenomenon of poverty and are essential for individuals. This monograph aims to calculate a multidimensional measure of poverty for women of the five major regions of Brazil, in the years 2001 and 2011. The information base used was the Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) (National Survey by Household Sampling). To make possible the realization of this analysis, was used the Alkire Foster method (AF) which is composed of twelve steps and allows not only the identification of those who are poor, but how poor they are. Therefore, was selected eighteen indicators distributed in four dimensions: access to basic survival conditions, access to work and income, access to knowledge and control of one's environment. The results show that the Northeast was the region with the highest concentration of poverty average (A) and adjusted incidence (M0) in 2001. The opposite occurred in the Southeast region that registered the lowest average poverty (A) and consequently the lower adjusted incidence. In 2011, the highest average poverty (A) was concentrated in the North and the smallest, in the South. There needs to be integrated social and economic actions that contribute to the promotion of development and improvement of living conditions of individuals.

**Key-Words:** Multidimensional poverty; Large regions; Alkire-Foster method.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição territorial das cinco grandes regiões do Brasil.....	13
Figura 2 – Diagrama da construção do IDH.....	23
Figura 3 – Diagrama da construção do IPH-1.....	25
Figura 4 – Diagrama da construção do IPH-2.....	26

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Exemplo da aplicabilidade do 6º passo.....	29
Quadro 2 - Exemplo da aplicabilidade do 8º passo.....	29
Quadro 3 - Dimensões, indicadores e linhas de corte.....	32

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados da região Norte nos anos de 2001, 2006 e 2011.....	14
Tabela 2 – Dados da região Nordeste nos anos de 2001, 2006 e 2011.....	16
Tabela 3 – Dados da região Centro-Oeste nos anos de 2001, 2006 e 2011.....	17
Tabela 4 – Dados da região Sudeste nos anos de 2001, 2006 e 2011.....	18
Tabela 5 – Dados da região Sul nos anos de 2001, 2006 e 2011.....	19
Tabela 6 – Pobreza multidimensional na região Norte para k indicadores em 2001.....	37
Tabela 7 – Pobreza multidimensional na região Nordeste para k indicadores em 2001.....	38
Tabela 8 – Pobreza multidimensional na região Centro-Oeste para k indicadores em 2001.....	39
Tabela 9 – Pobreza multidimensional na região Sudeste para k indicadores em 2001.....	40
Tabela 10 – Pobreza multidimensional na região Sul para k indicadores em 2001.....	41
Tabela 11 – Pobreza multidimensional na região Norte para k indicadores em 2011...	43
Tabela 12 – Pobreza multidimensional na região Nordeste para k indicadores em 2011.....	44
Tabela 13 – Pobreza multidimensional na região Centro-Oeste para k indicadores em 2011.....	45
Tabela 14 – Pobreza multidimensional na região Sudeste para k indicadores em 2011.....	46
Tabela 15 – Pobreza multidimensional na região Sul para k indicadores em 2011.....	47
Tabela 16 – Indicadores que as mulheres sofrem maior privação, quando k = 6, em porcentagem no ano de 2001.....	48
Tabela 17 – Indicadores que as mulheres sofrem maior privação, quando k = 6, em porcentagem no ano de 2011.....	49



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF -	Alkire Foster
DDS -	Determinantes Sociais da Saúde
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH -	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA -	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPH -	Índice de Pobreza Humana
IPM -	Índice de Pobreza Multidimensional
ONU -	Organização das Nações Unidas
OPHI -	Oxford Poverty and Human Development Initiative
PNAD -	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD -	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDH -	Relatório de Desenvolvimento Humano
UNDP -	<i>United Nations Development Programme</i> (em português PNUD)

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	11
2. AS GRANDES REGIÕES BRASILEIRAS .....	13
2.1 Região Norte.....	14
2.2 Região Nordeste .....	16
2.3 Região Centro-Oeste.....	17
2.4 Região Sudeste .....	17
2.5 Região Sul .....	18
3 BASES CONCEITUAIS DA POBREZA.....	20
3.1 A natureza multidimensional da pobreza.....	21
3.1.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) .....	23
3.1.2 Índice de Pobreza Humana (IPHs) .....	24
3.1.3 Índice de Pobreza Multidimensional (IPM).....	26
4 ASPECTOS METODOLÓGICOS: O MÉTODO ALKIRE FOSTER (AF) E A POBREZA.....	28
4.1 As etapas do método Alkire Foster aplicado às grandes regiões brasileiras.....	30
5. ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	36
5.1 Incidência e intensidade da pobreza no ano de 2001:.....	36
5.1.1 <i>Na Região Norte</i> .....	36
5.1.2 <i>Na Região Nordeste</i> .....	38
5.1.3 <i>Na Região Centro-Oeste</i> .....	39
5.1.4 <i>Na Região Sudeste</i> .....	40
5.1.5 <i>Na Região Sul</i> .....	41
5.2 Incidência e intensidade da pobreza no ano de 2011:.....	42
5.2.1 <i>Na Região Norte</i> .....	42
5.2.2 <i>Na Região Nordeste</i> .....	43
5.2.3 <i>Na Região Centro-Oeste</i> .....	44
5.2.4 <i>Na Região Sudeste</i> .....	45
5.2.5 <i>Na Região Sul</i> .....	46
5.3 Identificação dos indicadores que as mulheres mais sofrem privações .....	47
6. CONCLUSÃO.....	51
REFERÊNCIAS: .....	53

## 1. INTRODUÇÃO

O problema da pobreza sempre existiu e está longe de ser completamente resolvido. Em 1994, os pobres representavam 34% da população brasileira (em torno de 56 milhões de pessoas); em 2003 este número subiu para, aproximadamente, 61 milhões (35% da população) e em 2009 diminuiu para cerca de 40 milhões de pessoas (21% da população) (PNAD/IBGE 2015).

A pobreza tem sido objeto de estudo nos últimos anos e as análises têm evoluído de um contexto tradicional, baseado na unidimensionalidade, para uma análise mais qualitativa e multidimensional. Nessa perspectiva, é interessante o questionamento sobre o que é ser pobre e também os critérios que definem uma pessoa ou uma família ser classificada nessa posição.

A partir de uma análise multidimensional, a problemática que orientou a presente monografia é: quais foram as dimensões e indicadores que as mulheres mais sofreram privações nas grandes regiões brasileiras? O objetivo geral é calcular uma medida multidimensional de pobreza para as mulheres das cinco grandes regiões brasileiras, nos anos de 2001 e 2011, por meio do método Alkire Foster (AF).

Optou-se por selecionar apenas mulheres para compor a amostra, pois segundo Todaro *et al* (2012), são as mulheres que realizam a educação básica das crianças e disponibilizam mais renda para acesso dos filhos do que os pais. Elas são geralmente mais pobres que os homens, sendo mais privadas, por exemplo, na educação e em todas as formas de liberdade. Para Sen (1997), mesmo com as mulheres cada vez mais participativas na vida econômica, ainda são elas que apresentam maior vulnerabilidade juntamente com as crianças. Em uma pesquisa realizada em 1997, Sen concluiu que o maior número de famílias que caem abaixo da linha de pobreza são chefiadas por mulheres.

Este trabalho parte da hipótese de que acreditar que a renda monetária por si só, consegue captar todas as formas de manifestação da pobreza é questionável, e que a teoria sobre pobreza multidimensional é a que pode ajudar na realização de uma análise mais completa.

A medida de pobreza foi construída com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Serão dois os anos estudados, em um

intervalo de dez anos, de 2001 – 2011, a escolha deste período é devido à disponibilidade de informações acessíveis.

O estudo está dividido em seis capítulos, a começar por essa introdução. O segundo capítulo apresenta informações sobre cada região. No terceiro capítulo é explicada a teoria da pobreza e seu caráter multidimensional, abrange os principais indicadores multidimensionais de pobreza e desenvolvimento, que são: IDH, IPH e o IPM. No quarto capítulo é apresentado o Método Alkire Foster (AF) e seus doze passos, assim como também, é demonstrado quais foram as dimensões, indicadores e limites considerados para a realização desta análise. O quinto capítulo discute os resultados obtidos para as grandes regiões brasileiras. Para finalizar, serão apresentadas as últimas considerações.

## 2. AS GRANDES REGIÕES BRASILEIRAS

O Brasil possui a quinta maior área territorial do planeta e a quinta maior colocação no número populacional. É composto de 26 estados e um Distrito Federal, corresponde a 47% da área territorial da América do Sul. O Brasil segue, até os dias de hoje, a divisão regional estabelecida em 1970, que divide o país em cinco grandes regiões oficiais: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste, Sul – como demonstrado na figura 1 (IBGE, 2015). É a maior economia da América Latina, segunda da América - atrás apenas dos Estados Unidos - e sexta maior economia do mundo (IBGE, 2015).



Figura 1 – Distribuição territorial das cinco grandes regiões do Brasil  
Fonte IBGE, 2015

As informações apresentadas tem o intuito de melhor caracterizar cada uma das regiões que foram escolhidas para a realização deste trabalho. Os anos escolhidos para a análise da pobreza multidimensional são dois, 2001 e 2011, as informações coletadas contém também o ano de 2006. A escolha deste ano em especial se deve a disponibilidade de informações do IBGE que possui publicações trimestrais e anuais deste tipo de informação.

## 2.1 Região Norte

A Região Norte é composta pelos estados de Roraima, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Tocantins. Sua extensão territorial é de 3.853.397,2 km<sup>2</sup>, é a maior região do Brasil, corresponde a aproximadamente 42% do território nacional. Possui uma população de cerca de 15,8 milhões de habitantes (IBGE, 2015).

Tabela 1 – Dados da região Norte nos anos de 2001, 2006 e 2011

DADOS/ ANO	População residente*	População Feminina Residente*	Produto Interno Bruto (PIB)**	Domicílios que possuem esgotamento sanitário (em %)	Índice de Gini	Cobertura de redes abastecimento de água (em %)	Cobertura de coleta de lixo (em %)	Taxa de analfabetismo (5 anos ou menos de estudo)***
2001	9.910	6.530	69.310	91,54	0,566	71,63	81,32	1.284
2006	15.167	7.433	119.993	91,37	0,521	73,75	72,39	2.040
2011	16.528	7.973	223.538	92,41	0,506	81,98	74,82	1.919

Fonte: elaborada pela autora com dados do IBGE, SIDRA e IPEA (2015).

\*Unidade: em milhões pessoas \*\* em (1 000 R\$) \*\*\*milhões pessoas

A população residente é composta por moradores presentes e ausentes (por um período não superior a 12 meses) na unidade domiciliar, na data da entrevista (IBGE, 2015). Estes valores são apresentados em unidade de milhões de pessoas. Conforme a tabela 1, essa região foi a que apresentou o crescimento mais significativo no período de 2001 a 2011, que corresponde a um aumento de 66,78%. Em 2001, a maior parte da população era composta por mulheres, mas em 2011, menos de 50% da população era feminina.

O produto interno bruto (PIB) representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos em uma determinada região, durante um período específico (IBGE, 2015). Esse indicador evoluiu positivamente para esta região, apresentou uma elevação de 222,51%, é o segundo maior PIB comparado às outras regiões.

Quanto ao esgotamento sanitário, considera-se, se há um destino correto do escoadouro do banheiro e dos sanitários de uso dos moradores dos domicílios, que pode ser por uma rede coletora ou outra forma (esgoto encaminhado para uma fossa, ou diretamente para uma vala, rio, lago ou mar, ou quando o escoadouro não se enquadrasse em quaisquer dos tipos descritos anteriormente) (IBGE, 2015). Em um

intervalo de 10 anos (2001 – 2011), foi possível observar uma pequena elevação na porcentagem de residências que passaram a ter cobertura deste serviço, sendo ela menor que 1%.

O Índice de Gini é a medida de grau de concentração de uma distribuição, cujo valor pode variar de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima) (IBGE, 2015). Para a região norte, neste respectivo período, este índice não apresentou grande oscilação, sendo de 0,566 em 2001 para 0,506 em 2011.

Quanto ao abastecimento de água, considera-se a existência ou não de água canalizada nos domicílios e sua proveniência, pode ser canalizada de forma geral (quando a água é proveniente de uma rede geral de distribuição, canalizada para o domicílio ou, pelo menos, para o terreno ou propriedade onde esteja situado) ou outra forma (água proveniente de poço ou nascente, reservatório abastecido por carro-pipa ou coleta de chuva) (IBGE, 2015). Observou-se que de 2001 para 2011 ocorreu um aumento de 10,35% dos domicílios com recebimento de água.

Na coleta de lixo, considera-se se o lixo dos domicílios possuiu como destino: coleta direta (quando o lixo domiciliar é coletado diretamente por serviço ou empresa de limpeza) ou outra forma (quando o lixo domiciliar fosse queimado ou enterrado na propriedade, jogado em terreno baldio, rio, lago ou mar) (IBGE, 2015). Observando os dados da tabela 1, percebe-se que os domicílios que passaram a receber a coleta de lixo, obtiveram uma redução de aproximadamente 6,5% de 2001 para 2011.

Notoriamente os dados da região norte variam quando se fala em taxa de analfabetismo, pois de 2001 – 2006 ocorreu um aumento no número de analfabetos e de 2006 a 2011 uma redução em valores absolutos, sendo a única região a não apresentar melhoras constantes e significativas no índice. Na taxa de analfabetismo é considerada analfabeta a pessoa que declarar não saber ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece. São consideradas analfabetas também, aquelas pessoas que só saibam assinar o próprio nome (IBGE, 2015).

## 2.2 Região Nordeste

Formada pelos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Alagoas e Sergipe. Grande parte dessa região, que abriga quase 30% da população brasileira, está sujeita à secas crônicas. As duas maiores cidades do Nordeste são Recife e Salvador (IBGE, 2015).

Tabela 2 – Dados da região Nordeste nos anos de 2001, 2006 e 2011

DADOS/ ANO	População residente*	População Feminina Residente*	Produto Interno Bruto (PIB)**	Domicílios que possuem esgotamento sanitário (em %)	Índice de Gini	Cobertura de redes abastecimento de água (em %)	Cobertura de coleta de lixo (em %)	Taxa de analfabetismo (5 anos ou menos de estudo)***
2001	49.724	24.625	191.592	78,29	0,599	67,13	64,22	11.411
2006	52.641	26.311	311.104	85,80	0,572	76,87	70,48	10.492
2011	55.044	27.389	555.325	92,05	0,512	85,85	75,58	8.727

Fonte: elaborada pela autora com dados do IBGE, SIDRA e IPEA (2015).

\*Unidade: em milhões pessoas \*\* em (1 000 R\$) \*\*\*milhões pessoas

Conforme a tabela 2, a população residente da região nordeste cresceu no período de 2001 a 2011, o que representou um aumento de 10,69%. Porém, a população especificamente feminina apresentou características semelhantes, onde, menos de 50% do total da população eram mulheres, nos três anos pesquisados. O PIB dessa região também evoluiu positivamente e mostrou um aumento de aproximadamente 190%. Referente ao esgotamento sanitário foi a região que obteve a maior evolução na cobertura deste serviço, sendo em 2011 de 13,76% maior do que era realizada em 2001.

No ano de 2001 (dentre todas as regiões) a região nordeste era a que apresentava a maior desigualdade de renda (0,599). O número de residências que eram beneficiadas pelo abastecimento de água apresentou um aumento de 18,72% no período (sendo a maior dentre todas as regiões).

A cobertura de coleta de lixo foi a mais significativa, um acréscimo de 10% no número de pessoas que não recebiam este serviço e passaram a recebê-lo até 2011. A taxa de analfabetismo das pessoas de cinco anos ou mais de estudo na região Nordeste é a maior de todas as regiões em todos os anos, porém decresceu de 2001 a 2011 cerca de 24%.



### 2.3 Região Centro-Oeste

Formada pelos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal (onde está localizado Brasília, a Capital do Brasil) (IBGE, 2015).

Tabela 3 – Dados da região Centro-Oeste nos anos de 2001, 2006 e 2011

DADOS/ ANO	População residente*	População Feminina Residente*	Produto Interno Bruto (PIB)**	Domicílios que possuem esgotamento sanitário (em %)	Índice de Gini	Cobertura de redes abastecimento de água (em %)	Cobertura de coleta de lixo (em %)	Taxa de analfabetismo (5 anos ou menos de estudo)***
2001	12.174	5.952	129.649	95,89	0,595	90,36	84,68	1.343
2006	13.398	6.697	206.284	98,48	0,559	96,37	88,08	1.196
2011	14.582	7.171	396.411	99,32	0,534	98,04	91,92	1.024

Fonte: elaborada pela autora com dados do IBGE, SIDRA e IPEA (2015).

\*Unidade: em milhões pessoas \*\* em (1 000 R\$) \*\*\*milhões pessoas

O PIB dessa região foi o maior em comparado as demais regiões (305% de crescimento). A população residente também apresentou uma evolução significativa, onde, para ambos os anos pesquisados, as mulheres representavam cerca de 50% da população total. A cobertura de esgotamento sanitário foi de aproximadamente 3% neste período. O Índice de Gini, foi o pior, em comparação com as demais regiões. A proporção de população beneficiária com a cobertura de redes de abastecimento de água e a coleta de lixo aumentaram quase 8% e 7,2%, respectivamente. A taxa de analfabetismo reduziu cerca de 24% (2001 – 2011).

### 2.4 Região Sudeste

A região é composta pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. A maior parte da população do país está concentrada nesta região (IBGE, 2015).

Tabela 4 – Dados da região Sudeste nos anos de 2001, 2006 e 2011

DADOS / ANO	População residente*	População Feminina Residente*	Produto Interno Bruto (PIB)**	Domicílios que possuem esgotamento sanitário (em %)	Índice de Gini	Cobertura de redes abastecimento de água (em %)	Cobertura de coleta de lixo (em %)	Taxa de analfabetismo (5 anos ou menos de estudo)***
2001	75.164	37.568	837.646	98,24	0,565	96,83	91,68	6.487
2006	79.497	40.685	1.345.513	99,23	0,533	98,39	94,48	5.733
2011	83.274	41.602	2.295.690	99,56	0,486	98,86	95,72	4.587

Fonte: elaborada pela autora com dados do IBGE, SIDRA e IPEA (2015).

\*Unidade: em milhões pessoas \*\* em (1 000 R\$) \*\*\*milhões pessoas

De 2001 para 2011, o crescimento populacional apresentado pela região Sudeste foi de 10,78%, sendo que em 2006 mais de 50% do total da população eram mulheres, já em 2011, elas representavam menos de 50%. O PIB obteve um crescimento de 174% no mesmo período. No que se refere ao esgotamento sanitário, o crescimento deste serviço pode ser comparado ao da região Norte, pois foi de apenas 1,32%.

O Índice de Gini da região Sudeste obteve uma pequena evolução, mas significativa, pois passou de 0,565 em 2001 para 0,485 em 2011. Em contrapartida, foi a região que demonstrou a menor evolução no serviço de abastecimento de água (2%) e de coleta de lixo (4%). A taxa de analfabetismo apresentou uma redução de 29,28% no mesmo período.

## 2.5 Região Sul

Formada por três estados - Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. A região Sul do Brasil é a menor em extensão territorial quando comparada com as demais regiões brasileiras. Possui 1791 municípios e a maior cidade da região é Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul (IBGE, 2015).

Tabela 5 – Dados da região Sul nos anos de 2001, 2006 e 2011

DADOS/ ANO	População residente*	População Feminina Residente*	Produto Interno Bruto (PIB)**	Domicílios que possuem esgotamento sanitário (em %)	Índice de Gini	Cobertura de redes abastecimento de água (em %)	Cobertura de coleta de lixo (em %)	Taxa de analfabetismo (5 anos ou menos de estudo)***
2001	25.769	12.882	249.626	97,13	0,545	96,55	83,57	2.122
2006	27.153	13.826	386.588	98,85	0,503	98,53	88,89	1.909
2011	28.397	14.039	672.049	99,38	0,470	99,12	92,32	1.619

Fonte: elaborada pela autora com dados do IBGE, SIDRA e IPEA (2015).

\*Unidade: em milhões pessoas \*\* em (1 000 R\$) \*\*\*milhões pessoas

A população residente cresceu aproximadamente 10% no período e as mulheres representam cerca de 50% dessa população em todos os anos pesquisados. Conforme a tabela 5, o PIB da região aumentou 169,22%. Porém, o esgotamento sanitário teve um dos menores crescimentos (2,25%). O Índice de Gini foi o que apresentou os melhores resultados, principalmente no ano de 2011. No que se refere à cobertura de redes de abastecimento de água e a cobertura de coleta de lixo, ambas apresentaram melhora. A população beneficiada de abastecimento de água aumentou aproximadamente 3% e de coleta de lixo mais de 8% no período. A taxa de analfabetismo diminuiu 23,70% de 2001 a 2011.

Apresentadas as cinco grandes regiões do Brasil, na seção seguinte é caracterizado o termo “pobreza” e abordado seu aspecto multidimensional. Em seguida é demonstrado o método AF para análise de pobreza multidimensional nas cinco regiões que foram descritas nessa seção.

### 3 BASES CONCEITUAIS DA POBREZA

A conceituação de pobreza vem se transformando ao longo dos anos, de uma abordagem unidimensional para abordagens cada vez mais multidimensionais. Na abordagem multidimensional, a pobreza é analisada em termos econômicos, sociais, culturais e políticos que influenciam o bem-estar das pessoas; enquanto na abordagem unidimensional a pobreza é analisada apenas como insuficiência de renda monetária.

A pobreza representa uma situação na qual as oportunidades mais básicas ao desenvolvimento dos indivíduos, enquanto cidadãos, são negadas, ou seja, pode ser caracterizada como diversos tipos de privações (SEN 1997; ROCHA 2003; KAGEYAMA E HOFFMANN 2006; SANTOS 2009). Essas privações podem ser de natureza absoluta, relativa ou subjetiva. A pobreza absoluta pode ser definida como ter menos do que um mínimo pré-estabelecido, a pobreza relativa é ter menos do que os outros no meio social em que vive, e a pobreza subjetiva é sentir que não se tem o suficiente para viver uma vida digna (KAGEYAMA E HOFFMANN 2006).

Com o passar do tempo, tornou-se necessário especificar quais são as necessidades dos indivíduos e quais medidas seriam as mais adequadas para que estas fossem atendidas, o que claramente depende do padrão de vida e da forma como as mais diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. O conceito de pobreza exige que sejam levados em consideração as peculiaridades, realidade social e diferentes características que cada país apresenta (ROCHA, 2003).

Anand e Sen (1997), além de apresentarem a pobreza como a pior forma de privação de uma pessoa, alegam que ela envolve a ausência de oportunidades para se viver uma vida suportável, daí a necessidade de um aspecto multidimensional para este fenômeno. Essa abordagem tem sido vista como uma vantagem; passa a ser importante e indispensável por envolver adequadamente uma ampla visão de privações dos indivíduos.

O indivíduo pode ter à sua disposição vários bens e recursos, porém se não conseguir obtê-los o agente já é considerado privado, tanto por condições de saúde, de localização, por gênero ou etnia, como por questões financeiras. Um indivíduo é pobre se não conseguir levar uma vida social pelo fato de não obter um nível pleno de saúde, de renda monetária, de nutrição, de bem-estar que permita obter recursos, como trabalho, educação, saúde, moradia, direitos sociais para levar uma vida normal em

sociedade (CODES, 2008).

Os diferentes conceitos sobre o fenômeno da pobreza não servem somente para a visualização da evolução conceitual que tal fenômeno obteve nos últimos tempos. A grande importância desta evolução conceitual é que em cada estágio de desenvolvimento de um país o problema da pobreza pode ser tratado conforme a origem desta carência. Se o processo de desenvolvimento de um país está associado à geração de renda monetária, logo, sabe-se que as melhores medidas a serem tomadas ao processo desenvolvimentista serão as monetárias representadas pela renda per capita (MARIN; OTTONELLI, 2008).

Porém, se o processo de desenvolvimento estiver associado às capacitações pessoais, as medidas mais cabíveis ao processo de desenvolvimento e combate a pobreza são as medidas multidimensionais, ligadas a uma visão mais ampla do que a pobreza dita pela insuficiência de renda monetária (MARIN; OTTONELLI, 2008).

Vários são os estudos publicados que demonstram o predomínio da abordagem monetária unidimensional nas pesquisas de pobreza no Brasil. Esse fato demonstra a necessidade de concentrar esforços na elaboração de trabalhos e aplicação de métodos multidimensionais de análise da pobreza em nosso país que estejam alinhados com a perspectiva do desenvolvimento humano. Na tentativa de somar esforços neste quesito, optou-se por começar a mostrar uma apresentação mais ampla do aspecto multidimensional, o que é realizado na seção seguinte.

### **3.1 A natureza multidimensional da pobreza**

Tendo como referência o economista Amartya Sen, a abordagem da pobreza multidimensional vai muito além da análise de informações sobre a renda monetária, por considerar características sociais, culturais e políticas que influenciam no bem estar das pessoas. Por meio dessa abordagem, a pobreza pode ser definida como a privação de capacitação<sup>1</sup> e funcionamentos que podem impedir as pessoas de levar a vida que elas desejam, onde as capacidades podem ser consideradas como “a liberdade de escolha

---

<sup>1</sup> O termo *capability* é entendido na monografia como capacitação, mas a tradução mais frequente é “capacidade”.

entre diferentes alternativas do modo de vida do indivíduo”. E os funcionamentos seriam a alternativa efetivamente exercida pelas pessoas (SEN, 2000).

Pontos positivos e negativos da abordagem multidimensional da pobreza são identificados por Carneiro (2005): se por um lado ela é revelada a partir dos resultados efetivos em termos de qualidade e condições de vida, uma vez que, aponta a inter-relação entre as diversas carências; por outro, ela deixa a desejar, pois não contribuiria muito para a elaboração de ações de combate à pobreza. Isso ocorre principalmente por não sinalizar, de forma precisa, os fatores condicionantes da pobreza ou que estão envolvidos na sua reprodução.

Independente da linha teórica básica, a mensuração da pobreza engloba dois estágios essenciais. De acordo com Sen (1976), a medição da pobreza pode ser dividida conceitualmente em duas etapas: identificação e agregação. A etapa da identificação pressupõe o estabelecimento de um parâmetro, chamado de linha de pobreza que, quando confrontado a um indicador de bem-estar, permite a classificação da população em dois grupos: pobres e não pobres. Enquanto a agregação consiste na seleção de uma medida ou um índice de pobreza específico que agregou as informações sobre pessoas pobres em um indicador global de pobreza (SEN, 1976).

Cabe destacar que a opção pelo enfoque da pobreza multidimensional não significa o afastamento da renda monetária como uma dimensão da pobreza. Sen (2000) enfatizou que a renda monetária é uma importante dimensão da pobreza, mas não pode, nem deve ser considerada a única.

A partir disso, são apresentadas as características dos principais indicadores multidimensionais de pobreza e desenvolvimento: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); Índice de Pobreza Humana (IPHs). Essas medidas, mesmo representando um avanço em relação aos indicadores tradicionais restritos à renda monetária, ainda continuam limitados; e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). Estes três índices são importantes por representarem uma tentativa de avaliação multidimensional de desenvolvimento e pobreza.

### 3.1.1 *Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)*

Desde 1990, desenvolvido pelo economista Mahbub UI Haq com contribuições de Amartya Sen, o IDH é publicado no Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH). Este índice foi o primeiro a ser elaborado a partir de critérios multidimensionais (RDH, 2010).

O IDH é composto por três dimensões: saúde/longevidade, educação e padrão digno de vida e quatro indicadores: expectativa de vida ao nascer, taxa de alfabetismo, taxa de matrículas dos níveis primário, secundário e superior e o rendimento nacional bruto per capita. É válido destacar que se trata de um indicador de desenvolvimento e não de pobreza (RDH, 2010). O IDH é distribuído da seguinte maneira:



Figura 2 – Diagrama da construção do IDH

Fonte: UNDP, 2010

O IDH varia pode variar entre 0 e 1, onde 0 significa nenhum desenvolvimento humano e 1 significa desenvolvimento humano total. Países com IDH maior ou igual a 0,9 são considerados “desenvolvidos”, porém, aqueles que não alcançarem este valor são considerados “em desenvolvimento” (PNUD, 2014). Em 2014, o IDH do Brasil foi igual a 0,744.

Sen (2000) enfatiza que este índice faz uma análise com riqueza de informações sobre como os seres humanos vivem em cada sociedade, indo muito além de uma única medida tradicional do progresso econômico.

It brings an inescapably pluralist conception of progress to the exercise of development evaluation. Human lives are battered and diminished in all kinds of different ways, and the first task, seen in this perspective, is to acknowledge that deprivations of very different kinds have to be

accommodated within a general overarching framework. The framework must be cogent and coherent, but must not try to overlook the pluralities that are crucially involved (in the diverse nature of deprivations) in a misguided search for some one measure of success and failure, some single clue to all the other disparate concerns (SEN, 2000, p. 18).

No decorrer do tempo alterações foram sofridas pelo IDH que atraiu críticos e defensores. Segundo Bagolin (2004), os críticos podem ser apresentados em quatro grupos: o primeiro grupo argumenta que o IDH não consegue refletir exatamente a ideia de desenvolvimento humano. O segundo critica a forma como é construído o índice e a má qualidade dos dados. O terceiro critica a forma como o IDH reflete os problemas de agregação. Quanto ao quarto e último grupo, aborda as propriedades técnicas do índice.

Já os defensores, para Bagolin (2004), destacam que o índice é mais consistente e amplo do que apenas o PIB, sendo também mais completo e útil para decisões de políticas públicas. Já que trabalha com medidas mais eficientes e não baseadas apenas em médias, pode-se dizer que ele capta melhor os aspectos distributivos da renda monetária.

Diante destes dois aspectos (críticos e defensores), Bagolin (2004) conclui que “o IDH representa um avanço em relação aos indicadores anteriores, mas não é um indicador que possa refletir corretamente a ideia que o conceito de desenvolvimento traz”.

### 3.1.2 *Índice de Pobreza Humana (IPHs)*

Criado em 1997, o IPH foi publicado no RDH do mesmo ano. É derivado do IDH e veio com o objetivo de mensurar a pobreza humana. Este índice reflete a distribuição do progresso e mede o acumulado existente de privação (RDH, 1997).

O índice de pobreza humana (IPH) mede as carências quanto ao desenvolvimento humano básico nas mesmas dimensões que o IDH. As variáveis utilizadas para indicar essas dimensões são: o percentual de adultos analfabetos; e o estabelecimento de condições econômicas essenciais para um padrão de vida adequado, medidas pelo percentual de pessoas sem acesso a serviços de saúde e água potável e pelo percentual de crianças menores de cinco anos com insuficiência de peso (PNUD, 1997, p.14).



De acordo com Anand e Sen (1997), a diferença entre o IDH e o IPH está no fato de que o primeiro é formulado com base em uma perspectiva conglomerativa (focada na população em geral), enquanto o IPH adota a perspectiva da privação (focada nos pobres).

Tanto o IPH quanto o IDH representam informações referentes ao desenvolvimento humano, englobam outros aspectos que não somente a renda monetária, porém, o IPH não substitui o IDH. Ambos possuem suas características específicas, o IDH visa à população como um todo, o IPH possui uma visão mais focal (ANAND e SEN, 1997).

Um ano após sua apresentação, o RDH (1998) decompôs o IPH em dois (IPH1 e IPH2). O intuito dessa divisão era diferenciar países em desenvolvimento (IPH1) dos países desenvolvidos (IPH2) para se adequar as diferentes condições sociais e econômicas de cada um (UNDP, 1998).

O IPH1, ao medir a pobreza nos países em desenvolvimento, considera as seguintes variáveis: uma vida longa e saudável; nível de conhecimento; um nível de vida digno, distribuída da seguinte maneira:

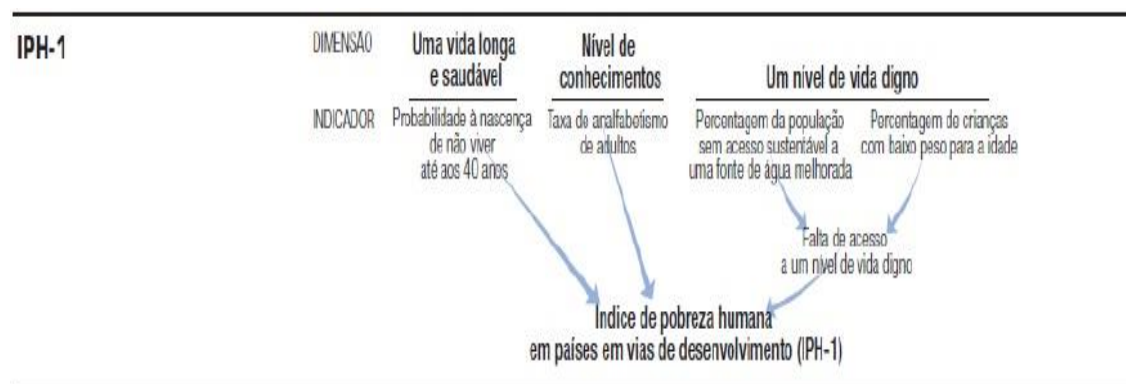


Figura 3 – Diagrama da construção do IPH-1

Fonte: UNDP, 2010

O IPH2 mensura a pobreza com as mesmas variáveis do IPH1, porém com um adicional, a exclusão social.

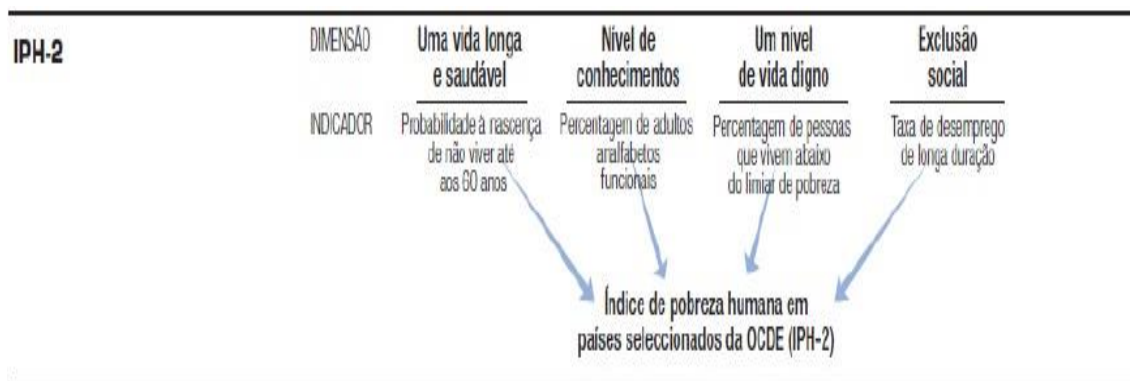


Figura 4 – Diagrama da construção do IPH-2  
Fonte: UNDP, 2010.

Em função da semelhança na opção da escolha das dimensões e indicadores deste índice em relação ao IDH, tanto um quanto o outro, sofrem críticas. As principais críticas estão centradas na escolha das dimensões, indicadores e pesos, agregabilidade e desagregabilidade. Porém, é válido evidenciar que os indicadores e pesos utilizados para a construção de um índice sintético devem corresponder as preferências da sociedade, mesmo não havendo garantias de que estes indicadores escolhidos representem uma boa referência das preferências sociais (SEN, 2000; BARROS *et al*, 2003; Barros *et al*, 2006; OLIVEIRA, 2006).

### 3.1.3 Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)

Com base no trabalho de Alkire e Santos (2010), o RDH de 2010 introduziu o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). O IPM tem intuito de substituir o IPH, por superar algumas de suas falhas, como por exemplo: identificar os indivíduos que sofrem privações em conjunto (PNUD, 2010).

Este índice revela não só quantas pessoas sofrem privações sobrepostas, mas quantas privações enfrentam em média. Além de ser decomposto por dimensão, demonstra a intensidade da pobreza entre diferentes regiões, gênero, e entre outros aspectos; é de grande interesse para políticas públicas (PNUD, 2010, 2013).

O IPM engloba as mesmas três dimensões do IDH: saúde, educação e padrão de vida, porém, estas dimensões possuem dez indicadores com pesos iguais dentro da sua dimensão (PNUD, 2010).

De acordo com essa medida, “(...) para serem consideradas pobres, as famílias têm de sofrer privações em, pelo menos, seis indicadores do padrão de vida ou em três indicadores do padrão de vida e um indicador referente à saúde ou à educação.” (RDH, 2010). O IPM, como já dito anteriormente, capta a pobreza além do contexto monetário e está mais voltada para os países em desenvolvimento. Segundo o RDH (2010), quanto menor é o IDH maior é a probabilidade de existência da pobreza multidimensional.

O Índice de Pobreza Multidimensional, segundo o RDH (2010), encontra algumas dificuldades em relação à coleta de dados, que muitas vezes não são atualizados e limita a comparação do IPM entre países,

“... apesar dos melhoramentos na disponibilidade e na qualidade dos dados desde 1990, ainda existem grandes lacunas e falhas. Ainda faltam boas medidas de resumo de aspectos críticos do bem-estar, nomeadamente em relação à captação. E é necessário mais trabalho a nível conceitual e empírico para juntar às duas agendas, a da sustentabilidade ambiental e a da medição do desenvolvimento humano” (RDH, 2010, p.104).

Após a apresentação dos principais indicadores multidimensionais de pobreza e desenvolvimento que são importantes por representarem uma tentativa de avaliação multidimensional de pobreza, é apresentado o método Alkire Foster (AF) que foi base para a criação do indicador IPM (ultima medida apresentada no RDH de 2010).

## 4 ASPECTOS METODOLÓGICOS: O MÉTODO ALKIRE FOSTER (AF) E A POBREZA

O Relatório de Desenvolvimento Humano (2010) informa que a medida de pobreza que considera apenas as privações da renda monetária é importante, porém é indispensável considerar outras dimensões, como por exemplo, a saúde e a educação, bem como as más condições de moradia de uma pessoa. Neste tipo de medida é importante que a escolha destas dimensões seja feita de forma clara e bem estruturada. A renda monetária por si só não explica os múltiplos aspectos que contribuem para a pobreza, sendo necessário analisar separadamente as diferentes dimensões com seus respectivos indicadores.

Sabina Alkire e James Foster (2007) criaram um método para medir a pobreza multidimensional, denominado AF (OPHI, 2009). Este método é apresentado em 12 passos para a medição de pobreza multidimensional. Alkire e Foster (2007, 2009) e Alkire (2011) descrevem as etapas da seguinte forma:

1º Passo: *escolher a unidade de análise*, que pode ser um indivíduo, domicílio, mas pode ser também uma escola, comunidade, hospital, etc.

2º Passo: a *escolha das dimensões*, sendo esta muito importante.

3º Passo: a *escolha dos indicadores* para cada uma das dimensões definidas.

4º Passo: *definição da primeira linha de pobreza*, esta deve ser especificada para cada indicador, sendo o mais claro possível, para que possa ser identificado quem é pobre e quem não é pobre. Por exemplo, se o indicador for “saber ler e escrever”: o indivíduo será considerado privado se não souber ler e escrever e será considerado não privado se souber ler e escrever.

5º Passo: *aplicação da primeira linha de pobreza*. Este passo identifica o status de cada indivíduo, conforme o corte a ser considerado. Por exemplo, na dimensão saúde, se o indicador for acesso ao atendimento médico e a privação se confirmar, assinala-se este indicador como privado (P), mas caso a privação não se confirme, assinala-se não-privado (NP) fazendo este procedimento para todos os indicadores escolhidos.

6º Passo: *contagem do número de privações* para cada indivíduo/domicílio (quadro 1).

Quadro 1: Exemplo da aplicabilidade do 6º passo

DIMENSÃO	SAÚDE		EDUCAÇÃO		PADRÃO DE VIDA		Total
	Acesso ao atendimento médico	Nutrição	Anos de estudo	Crianças matriculadas em escola	Possui água canalizada	Acesso a coleta de lixo	
1	NP	P	P	P	P	NP	4
2	P	NP	NP	NP	P	P	3
3	P	P	P	P	P	NP	5
4	NP	P	NP	P	NP	NP	2

Fonte: Alkire e Foster (2007). Adaptado pela autora.

7º Passo: *definição da segunda linha de corte de pobreza*. Essa é identificada como  $k$ , que define em quantos indicadores um indivíduo terá de ser privado para ser considerado multidimensionalmente pobre. Para exemplificar, considere o corte da pobreza como sendo o valor de 4 privações (quadro 1).

8º Passo: *aplicação da linha  $k$  para obtenção da lista de indivíduos pobres e separando-os dos não-pobres*. Assim, as informações dos não-pobres são substituídos por zero, e dos NP também. Os valores das privações (P) assumem valor 1 (quadro 2).

Quadro 2: Exemplo da aplicabilidade do 8º passo

DIMENSÃO	SAÚDE		EDUCAÇÃO		PADRÃO DE VIDA		Total
	Acesso ao atendimento médico	Nutrição	Anos de estudo	Crianças matriculadas em escola	Possui água canalizada	Acesso à coleta de lixo	
1	0	1	1	1	1	0	4
2	0	0	0	0	0	0	0
3	1	1	1	1	1	0	5
4	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Alkire e Foster (2007). Adaptado pela autora.

9º Passo: *o cálculo do percentual de pobres ( $H$ )*. Divide-se o total de pessoas que são privadas em  $k$  ou mais indicadores pelo total geral da amostra, obtendo-se assim uma proporção.

10º Passo: *realização do cálculo do hiato da pobreza média ( $A$ )*. Soma-se a proporção das privações de todas as pessoas pobres e divide-se pelo número total de pobres, obtendo-se o número médio de privações que uma pessoa pobre sofre.

11º Passo: *cálculo da incidência ajustada ( $M_0$ )*. Multiplica-se  $H$  por  $A$ , ou seja,  $M_0 = H \times A$ . Seu valor pode variar de um (quando a população se aproxima da extrema pobreza) a zero (quando se afasta da situação de pobreza).

12º Passo: *decomposição por grupo e/ou por dimensão*.  $M_0$  pode vir a ser decomposto para cada subgrupo da população, podendo-se assim, analisar a

contribuição de cada dimensão para a pobreza geral. 'A' é dividido pelos pobres na dimensão  $j$ , resultando em  $A_j$ . Sendo que  $A_j \times H$  leva a  $M_{0j}$ , a dimensão ajustada que mostra a participação da dimensão  $j$  na pobreza global.

A principal vantagem dessa metodologia é que ela é uma medida de pobreza que considera os passos da identificação e agregação que Amartya Sen (1976) estabelece para a mensuração da pobreza. É de fácil interpretação, torna explícitos os passos para cada dimensão, identifica privações conjuntas e possui diversas formas de apresentar privações através da mensuração da intensidade. É uma metodologia flexível que permite ao pesquisador definir os cortes e pesos de suas dimensões e indicadores (FERES, 2013).

Na sequencia, é realizada a apresentação das dimensões e indicadores escolhidos para a realização deste trabalho, assim como a justificativa da escolha da unidade de análise e do período, aplicando os doze passos da metodologia AF.

#### **4.1 As etapas do método Alkire Foster aplicado às grandes regiões brasileiras**

Escolher a unidade de análise é o primeiro passo da metodologia AF – as mulheres das grandes regiões brasileiras. Mas, porque as mulheres? A escolha das mulheres é devido ao fato de que são elas que permanecem com os filhos quando as famílias se desfazem, visto que as crianças são as que possuem a maior vulnerabilidade dentro das famílias (Santos *et al*, 2010). Em caso de separação, 86% das mães ficam com os filhos (IBGE, 2015). Sen (1997) argumenta do importante papel das mulheres no processo de desenvolvimento como expansão das capacitações humanas. De acordo com Marin *et al* (2009), são as mulheres que formam o conhecimento dos filhos.

Segundo Todaro *et al* (2012), são as mulheres que realizam a educação básica das crianças e disponibilizam mais renda para acesso dos filhos do que os pais. Elas são geralmente mais pobres que os homens, sendo mais privadas, por exemplo, na educação e em todas as formas de liberdade. Para Sen (1997), mesmo com as mulheres cada vez mais participativas na vida econômica, ainda são elas que apresentam maior vulnerabilidade juntamente com as crianças. Ainda segundo o autor, o maior número de famílias que caem abaixo da linha de pobreza são chefiadas por mulheres.

Para David Grusky e Ravi Kanbur (2006 *apud* Alkire, 2008) a escolha das dimensões merece atenção, pois não há um consenso sobre qual dimensão utilizar e nem como definir a importância de cada dimensão. Dimensões não são derivadas da ideia sobre o que é ter vida boa, mas são valores ou motivos que são reconhecidos na própria experiência de vida do indivíduo. Após definir o conceito de dimensão, é necessário escolher as dimensões a serem usadas no estudo.

A realização do segundo passo – escolher as dimensões – foi baseado na literatura existente sobre as medidas multidimensionais de pobreza como, por exemplo, o trabalho de Barros e Silva (2006), Kageyama e Hoffmann (2006), Alkire e Santos (2010), Kerstenetzy *et al* (2011), Albuquerque e Cunha (2012), e Brites *et al* (2013).

Para se conhecer as ameaças que a pobreza estabelece, é preciso conhecer a sua dimensão e o processo por meio do qual ela é medida. Em uma abordagem multidimensional, a análise deve ser contextual, para que assim gere informações relevantes para a tomada de decisões e políticas públicas específicas para cada região ou país (MIDEROS, 2012).

Alkire (2002) apresentou alguns motivos que indicam a necessidade de se especificar as dimensões. Uma das razões fundamentais é de que se busca reduzir a pobreza, ao maximizar o bem estar em função do objetivo multidimensional do desenvolvimento humano. Outra razão está relacionada com a necessidade de metodologias eficazes para avaliar vantagens e desvantagens dentro de diferentes culturas. Uma terceira razão é que, um conjunto de dimensões pode ajudar os grupos a identificar impactos não intencionais. A quarta e última razão é referente à determinação de dimensões que sejam facilmente entendidas para que possam se propagar.

Ainda não existe uma fórmula única para a construção dos indicadores. Barros e Silva (2006) lembram que existem diversas possibilidades para a construção dos indicadores de pobreza multidimensional, mesmo que dois trabalhos com mesmas dimensões e mesmos indicadores venham a ser comparados, ambos podem apresentar pesos diferentes para cada variável.

Definir os indicadores para cada dimensão escolhida é o terceiro passo da metodologia AF. Com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), o Quadro 3 apresenta as quatro dimensões selecionadas (acesso a condições básicas de sobrevivência, acesso a trabalho e renda, acesso ao conhecimento e controle

sobre o próprio ambiente) divididas em dezoito indicadores e as linhas de corte a serem considerados neste trabalho.

Quadro 3– Dimensões, indicadores e linhas de corte.

Dimensões	Indicadores	Privado se...
Acesso a condições básicas de sobrevivência	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Material predominante na construção das paredes externas do prédio</li> <li>2. Tem água canalizada em pelo menos um cômodo do domicílio</li> <li>3. Tem banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade</li> <li>4. Destino do lixo domiciliar</li> <li>5. Forma de iluminação do domicílio</li> <li>6. Tem fogão de duas ou mais bocas</li> <li>7. Tem rádio</li> <li>8. Tem televisão em cores</li> <li>9. Tem geladeira</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O material predominante na construção das paredes externas do prédio não for de alvenaria ou madeira aparelhada</li> <li>2. Não tiver água canalizada em pelo menos um cômodo do domicílio</li> <li>3. Não tiver banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade</li> <li>4. O destino do lixo não for através de coleta direta ou indireta</li> <li>5. A iluminação do domicílio não for elétrica (de rede, gerador, solar).</li> <li>6. Não tiver fogão de duas bocas ou mais</li> <li>7. Não tiver rádio</li> <li>8. Não tiver televisão em cores</li> <li>9. Não tiver geladeira de uma ou duas portas</li> </ol>
Acesso a trabalho e renda	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Posição na ocupação no trabalho principal</li> <li>2. Horas trabalhadas por semana para todos os trabalhos</li> <li>3. Faixa do rendimento mensal domiciliar per capita</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Não esteve empregado com carteira de trabalho assinada ou militar ou funcionário público estatutário ou trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada ou trabalho por conta própria ou é empregador.</li> <li>2. Não trabalhar quarenta e quatro horas por semana</li> <li>3. Rendimento mensal inferior a <math>\frac{1}{2}</math> salário mínimo</li> </ol>
Acesso ao conhecimento	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Anos de estudo</li> <li>2. Sabe ler e escrever</li> <li>3. Tem microcomputador</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Se a pessoa não possuir seis anos ou mais de estudo</li> <li>2. Não saber ler e escrever</li> <li>3. Não tiver microcomputador</li> </ol>
Controle sobre o próprio ambiente	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Tempo de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho</li> <li>2. Condição de ocupação do domicílio</li> <li>3. Teve algum trabalho no período de referência de 365 dias (menores, de 5 a 9 anos de idade)</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O tempo de percurso for maior de 1 hora</li> <li>2. A condição de ocupação do domicílio não for próprio, já pago ou próprio, ainda pagando ou alugado.</li> <li>3. Não teve nenhum trabalho no período de referência de 365 dias.</li> </ol>

Fonte: Brites *et al* (2013). Adaptado pela autora, com base nos dados da PNAD.



A dimensão 1: acesso às condições básicas de sobrevivência, capta não só as condições dos domicílios mas também a posse de bens que visam permitir melhores condições de vida dos indivíduos que ali residem. A primeira variável dessa dimensão indica o material que é construído à residência do indivíduo, possibilita ou não uma melhor condição de vida, este material pode variar entre alvenaria, madeira apropriada para construção (ou aparelhada), taipa não revestida, madeira aproveitada ou palha (IBGE, 2013). Ainda que essa variável possa ser discutida quanto à sua utilidade na análise da pobreza, denota-se que a ausência de condições adequadas de moradia se configura em um tipo de privação importante, além de ser um abuso aos direitos sociais garantidos pelo texto constitucional brasileiro.

A variável água mede se há abastecimento de água apropriada na moradia. Referente à existência de banheiro no domicílio, é essencial para evitar a contaminação de doenças (BANCO MUNDIAL, 2001). Relacionado à variável destino do lixo domiciliar, seu recolhimento é importante para evitar enchentes, mau cheiro, manter um ambiente limpo e evitar a difusão de doenças como a leptospirose, diarreias e hepatites (DDS, 2014).

Na variável forma de iluminação do domicílio é considerado se este possui ou não distribuição elétrica. A posse de bens como rádio e televisão em cores possui impacto direto na disponibilidade de informações e na capacidade de opinião dos indivíduos (RDH, 2010). Possuir fogão ou não (assim como a geladeira) impacta diretamente no preparo e disponibilidade de alimentos.

A dimensão 2: acesso ao trabalho e renda objetiva verificar a renda média dos domicílios, identificar o percentual de pessoas que recebem até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Além de apresentar características do trabalho dos indivíduos, como a quantidade de horas trabalhadas por semana e se a pessoa estava ou não com um emprego regular no período da visita do IBGE (IBGE, 2013).

Na dimensão 3: acesso ao conhecimento, também entra na análise que considera como indivíduos privados aqueles que não possuem meios de informação para a vivência em sociedade, as variáveis consideradas nesta dimensão são: anos de estudo, que busca analisar se pessoas que estudam ou já estudaram algum dia alcançaram a idade mínima de anos de estudo (que é considerado seis anos pelo próprio IBGE); saber ler e escrever, tem por objetivo captar se a pessoa é alfabetizada ou não (assim como a variável anos de estudo) é um direito de cada indivíduo pois tem um alto impacto em

itens como empregabilidade e desenvolvimento humano; ter acesso ao microcomputador, que assim como o rádio e a televisão, é essencial para a disseminação da informação (IBGE, 2013).

A dimensão 4: controle sobre o próprio ambiente, é considerada questões que podem interferir diretamente no bem estar do indivíduo. A primeira variável selecionada nesta dimensão foi o tempo de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho, quanto mais distante uma pessoa reside do seu local de trabalho maior a chance dela ser considerada privada. Condição de ocupação de domicílio é a segunda variável e considera se a residência é própria, ainda pagando, alugada ou cedida. A última variável, e não menos importante, é se o indivíduo teve algum trabalho no período de 365 dias (1 ano) (IBGE, 2013).

O quarto passo do método AF consiste na definição da 1ª linha de pobreza, ou seja, a determinação de um ponto de corte (valor mínimo aceitável) para cada um dos indicadores considerados, conforme terceira coluna do Quadro 3.

O quinto passo é a aplicação da primeira linha de pobreza, onde é definida se a pessoa é privada (P) ou não privada (NP) para cada um dos indicadores das quatro dimensões consideradas. Por exemplo, na dimensão “acesso a condições básicas de sobrevivência”, no indicador “tem geladeira”, a pessoa é considerada privada (P) se não tiver esse bem, e não privada (NP) se tiver geladeira em seu domicílio. O passo seis consiste na soma das privações de cada indivíduo, ou seja, em quantos indicadores cada pessoa é privada, sendo que cada variável tem peso igual dentro da sua dimensão (RDH, 2010).

O sétimo passo consistem na definição e o oitavo na aplicação da segunda linha de pobreza, denominada  $k$ , e determina, assim, o número de privações que um indivíduo precisa apresentar para ser considerado multidimensionalmente pobre. Os dados dos indivíduos que tiverem número menor de privações que  $k$  definido, serão omitidos. O  $k$  escolhido como a 2ª linha de pobreza é  $k = 6^2$ , pois equivale a 1/3 do total de indicadores considerado neste trabalho.

O nono passo resulta na incidência  $H$ , ou seja, a proporção de pobres. Por exemplo, se a população total é formada por 15.000 pessoas e 6.000 são consideradas

---

<sup>2</sup> Alkire e Seth (2009) ressaltam a importância de estabelecer valores intermediários para  $k$ . Pois, se o gestor público ou o pesquisador adotar um posicionamento de que pobre é a pessoa que é privada em um ou mais indicadores, tem-se que 100% da amostra estará sujeita a ser privada, um meio termo é indispensável.

multidimensionalmente pobres, o  $H=0,40$ , ou seja, 40% da população vêm a ser considerada pobre.

O décimo passo, é o cálculo de A (pobreza média), que mostra em média em quantos indicadores as pessoas são pobres. Para este cálculo é necessário dividir o total da amostra dos indivíduos com  $k$  ( $=6$ ) ou mais privações pelo total de indicadores a serem considerados (18). Este resultado deve ser dividido pelo total de pessoas de cada região brasileira, resultando assim, a pobreza média.

O penúltimo passo mede o  $M_0$ , que é a incidência ajustada, obtida através da multiplicação da proporção de pobres (H) pela pobreza média (A); que resume em um único índice a incidência e a intensidade da pobreza multidimensional. A importância do  $M_0$  está na capacidade que possui de avaliar as políticas públicas de combate à pobreza, visto que a medida de pobreza diminuirá conforme a política beneficie os pobres que sofrem uma pobreza mais intensa (Gallo e Roche, 2011).

Segundo Gallo e Roche (2011, p. 11), “(...) es decir  $M_0$ , se interpreta como la proporción de carencias que experimenta la población pobre, respecto al máximo posible de privaciones que podría experimentar toda la población”. Sendo assim,  $M_0$  é a soma ponderada de privações, que é interpretada como a “falta de liberdade” da população, que neste trabalho é representado pelas mulheres (Alkire, 2011).

Além disso, Gallo e Roche (2011) também afirmam que é possível interpretar o valor de  $M_0$ , que varia entre 0 e 1 (quanto mais próximo de 1 mais pobre e maior privação nas dimensões) como porcentagem de uma possível situação de extrema pobreza que poderia sofrer uma determinada população.

Por último, o passo 12, é a decomposição de  $M_0$  e a segmentação por dimensões. Neste caso, optou-se por identificar os indicadores que possuem o maior número de privações em cada dimensão e os indicadores onde as mulheres são mais privadas em cada uma das grandes regiões.

## 5. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nos últimos passos do método AF é calculado a proporção dos pobres (H), a intensidade da pobreza ou pobreza média (A), que mostra em média em quantos indicadores as pessoas são consideradas pobres e a incidência ajustada pela intensidade ( $M_0$ ). Nas tabelas abaixo são apresentados os resultados agregados correspondentes aos passos 7 a 11 do método AF descritos anteriormente, nos anos de 2001 e 2011, para cada  $k$ .

### 5.1 Incidência e intensidade da pobreza no ano de 2001:

#### 5.1.1 *Na Região Norte*

Quanto maior é o número de indicadores ( $k$ ), que demonstram o grau de privação de um indivíduo, menor é o número de mulheres pobres. Quando  $k=1$ , ou seja, quando considerado que pobre é quem for privado em pelo menos um dos indicadores usados, cerca de 98% das mulheres foram consideradas pobres no ano de 2001 para essa região, sendo assim, apenas 2% da população feminina é considerada não privada (NP) em nenhum dos 18 indicadores considerados neste trabalho. Por outro lado, quanto maior o valor de  $k$ , não existe pessoa multidimensionalmente pobre, como por exemplo, em  $k=14$ .

Tabela 6 – Pobreza multidimensional na região Norte para k indicadores em 2001

<b>K</b>	<b>Total de Mulheres</b>	<b>Nº de Pobres</b>	<b>H</b>	<b>A</b>	<b>M<sub>0</sub></b>
<b>1</b>	21176	20881	0,9861	0,2093	0,2064
<b>2</b>	21176	18847	0,8900	0,2259	0,2011
<b>3</b>	21176	14552	0,6872	0,2598	0,1785
<b>4</b>	21176	9422	0,4449	0,3106	0,1382
<b>5</b>	21176	5880	0,2777	0,3638	0,1010
<b>6</b>	21176	3662	0,1729	0,4159	0,0719
<b>7</b>	21176	2230	0,1053	0,469	0,0494
<b>8</b>	21176	1437	0,0679	0,5132	0,0348
<b>9</b>	21176	886	0,0418	0,5561	0,0233
<b>10</b>	21176	528	0,0249	0,5941	0,0148
<b>11</b>	21176	256	0,0121	0,6351	0,0077
<b>12</b>	21176	94	0,0044	0,6767	0,0030
<b>13</b>	21176	17	0,0008	0,7222	0,0006
<b>14</b>	21176	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pela autora

A proporção de pobres varia de 98,61% para  $k = 1$ , a zero para  $k = 14$ . No que se refere à pobreza média (A), ela aumentou até  $k = 13$ , chegando a zero quando utilizado 14 indicadores (pois não havia nenhuma mulher com este número de privações). A última coluna da tabela 6 apresenta a incidência ajustada ( $M_0$ ), seu valor máximo a ser considerado é um (onde toda população é pobre) e o mínimo é zero (onde ninguém é pobre),  $M_0$  que variou de 0,2064 a zero.

A medida geral a ser considerada é aquela definida no oitavo passo do método AF (que consiste na aplicação da segunda linha de corte), ou seja,  $k = 6$ , onde, Alkire e Seth (2009) ressaltam que é essencial definir valores intermediários para  $k$ , pois se adota uma posição de que o indivíduo é pobre se privado em um ou mais indicadores, o que significa que 100% da amostra estará sujeita a ser privada. A proporção de mulheres consideradas multidimensionalmente pobres é igual a 17,29% para esta região. Na medida de intensidade da pobreza (A) as pessoas apresentam em média privações em quatro dos dezoito indicadores selecionados na pesquisa. O  $M_0$  indica que o total de indicadores em que os pobres sofrem privação é aproximadamente 7% do máximo possível na amostra em estudo.

### 5.1.2 Na Região Nordeste

Ao utilizar  $k = 1$ , cerca de 98% das mulheres foram consideradas privadas (assim como na região Norte), e novamente apenas 2% desta população feminina da região Nordeste é considerada não privada (NP). Por outro lado, se constatou que em  $k = 16$  não existiam pessoas com este número de privações, pois o máximo de privações que as mulheres desta região sofreram foi de 15 indicadores.

A proporção (H) de mulheres pobres varia de 98,38% para  $k = 1$ , a zero quando  $k \geq 16$ . A pobreza média (A) aumentou até  $k = 15$ , chegou a zero quando utilizado 16 indicadores (por não haver nenhuma mulher com este número de privações nessa região). A última coluna da tabela 7 apresenta o índice de pobreza multidimensional ( $M_0$ ), que variou de 0,2441 a zero.

Tabela 7 – Pobreza multidimensional na região Nordeste para k indicadores em 2001

<b>K</b>	<b>Total de Mulheres</b>	<b>N° de Pobres</b>	<b>H</b>	<b>A</b>	<b>M<sub>0</sub></b>
<b>1</b>	63073	62051	0,9838	0,2481	0,2441
<b>2</b>	63073	56416	0,8945	0,2674	0,2392
<b>3</b>	63073	45607	0,7231	0,3044	0,2201
<b>4</b>	63073	32460	0,5146	0,3602	0,1854
<b>5</b>	63073	23556	0,3735	0,4124	0,1540
<b>6</b>	63073	17839	0,2828	0,4555	0,1288
<b>7</b>	63073	13392	0,2123	0,4961	0,1053
<b>8</b>	63073	10010	0,1587	0,5324	0,0845
<b>9</b>	63073	7269	0,1152	0,5656	0,0652
<b>10</b>	63073	4688	0,0743	0,6017	0,0447
<b>11</b>	63073	2470	0,0392	0,6431	0,0252
<b>12</b>	63073	1033	0,0164	0,6878	0,0113
<b>13</b>	63073	328	0,0052	0,7332	0,0038
<b>14</b>	63073	57	0,0009	0,7855	0,0007
<b>15</b>	63073	8	0,0001	0,8333	0,0001
<b>16</b>	63073	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pela autora

Em  $k = 6$ , a proporção de pessoas consideradas multidimensionalmente pobre é igual a 28,28%, o que representa 17839 mulheres. Na medida de intensidade da pobreza (A), as pessoas representaram em média privações em quatro dos dezoito indicadores selecionados na pesquisa. O  $M_0$  indica que o total de indicadores em que os pobres sofrem privação é aproximadamente 13% do máximo possível na amostra em estudo.

### 5.1.3 Na Região Centro-Oeste

Na região Centro-Oeste, quando utilizado  $k = 1$ , aproximadamente 97% das mulheres foram consideradas pobres, portanto, os outros 3% é composta da população feminina não privada (NP). Quanto maior o valor de  $k$ , tende a não existir pessoa pobre para aquele número de indicadores, no caso desta região é quando  $k \geq 15$ .

Referente à proporção de pobres: varia de 96,89% quando  $k = 1$ , a zero quando  $k \geq 15$ . A pobreza média (A) aumentou até  $k = 14$ , chegando a zero quando utilizado 15 indicadores, por não haver nenhuma mulher com este número de privações. A última coluna da tabela 8 apresenta o índice de pobreza multidimensional ( $M_0$ ), que varia de 0,1767 a zero, e indica que o total de indicadores que os pobres sofrem privação é 17,67% do máximo possível na amostra em estudo.

Tabela 8 – Pobreza multidimensional na região Centro-Oeste para  $k$  indicadores em 2001

<b>k</b>	<b>Total de Mulheres</b>	<b>Nº de Pobres</b>	<b>H</b>	<b>A</b>	<b>M<sub>0</sub></b>
<b>1</b>	20893	20244	0,9689	0,1824	0,1767
<b>2</b>	20893	17340	0,8299	0,2037	0,1691
<b>3</b>	20893	12584	0,6023	0,2386	0,1437
<b>4</b>	20893	7161	0,3427	0,2933	0,1005
<b>5</b>	20893	3930	0,1881	0,3515	0,0661
<b>6</b>	20893	2191	0,1049	0,4101	0,0430
<b>7</b>	20893	1266	0,0606	0,4662	0,0282
<b>8</b>	20893	789	0,0378	0,513	0,0194
<b>9</b>	20893	476	0,0228	0,5581	0,0127
<b>10</b>	20893	270	0,0129	0,6024	0,0078
<b>11</b>	20893	132	0,0063	0,6515	0,0041
<b>12</b>	20893	63	0,0030	0,6957	0,0021
<b>13</b>	20893	29	0,0014	0,7298	0,0010
<b>14</b>	20893	4	0,0002	0,7777	0,0001
<b>15</b>	20893	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pela autora

Quando  $k = 6$ , a proporção de pessoas consideradas multidimensionalmente pobres é igual a 10,49%. Aqui, as pessoas apresentam em média privações em 4 indicadores na medida de intensidade da pobreza. O  $M_0$  indica que o total de indicadores em que os pobres sofrem privação é 4% do máximo possível na amostra em estudo.

#### 5.1.4 Na Região Sudeste

Quando utilizado  $k=1$ , aproximadamente 96% das mulheres foram consideradas pobres, assim, também é possível concluir que cerca de 4% das mulheres do Sudeste são consideradas não privadas (NP). Quanto maior for o valor de  $k$ , tende a não existir pessoa pobre para aquele número de indicadores, como por exemplo: quando  $k=18$ . Essa região é a que apresentou maior número de privações (considerando que são 18 indicadores), comparado com as demais regiões no ano de 2001.

Tabela 9 – Pobreza multidimensional na região Sudeste para  $k$  indicadores em 2001

<b>k</b>	<b>Total de Mulheres</b>	<b>N° de Pobres</b>	<b>H</b>	<b>A</b>	<b>M<sub>0</sub></b>
<b>1</b>	59590	57273	0,9611	0,1622	0,1559
<b>2</b>	59590	47490	0,7969	0,1842	0,1468
<b>3</b>	59590	32230	0,5409	0,2188	0,1183
<b>4</b>	59590	15256	0,2560	0,2769	0,0709
<b>5</b>	59590	7046	0,1182	0,3406	0,0403
<b>6</b>	59590	3567	0,0599	0,4019	0,0241
<b>7</b>	59590	1989	0,0334	0,4563	0,0152
<b>8</b>	59590	1185	0,0199	0,5022	0,0100
<b>9</b>	59590	683	0,0115	0,5446	0,0062
<b>10</b>	59590	352	0,0059	0,5866	0,0035
<b>11</b>	59590	138	0,0023	0,6348	0,0015
<b>12</b>	59590	44	0,0007	0,6856	0,0005
<b>13</b>	59590	9	0,0002	0,7592	0,0001
<b>14</b>	59590	3	0,0001	0,8333	0,0000
<b>15</b>	59590	1	0,0000	0,8922	0,000
<b>16</b>	59590	1	0,0000	0,8922	0,000
<b>17</b>	59590	1	0,0000	0,8922	0,000
<b>18</b>	59590	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pela autora

A proporção de pessoas pobres (H) varia de 96,11% para  $k=1$ , a zero para  $k=18$ . A pobreza média (A) aumentou até  $k=14$ , chegou a zero quando considerado os dezoito indicadores, pois não há nenhuma mulher com este número de privações. A última coluna da tabela 9 apresenta o índice de pobreza multidimensional ( $M_0$ ) que varia de 0,1559 a zero.

Em  $k=6$ , a proporção de mulheres consideradas multidimensionalmente pobres é igual a 6%. Na medida de intensidade da pobreza (A), as pessoas apresentaram em média privações em quatro dos dezoito indicadores selecionados e o  $M_0$  indica que o



total de indicadores em que os pobres sofrem privações é aproximadamente 2% do máximo possível na amostra em estudo.

#### 5.1.5 Na Região Sul

Nesta região, cerca de 96% das mulheres foram consideradas pobres, quando utilizado  $k = 1$ . Portanto, apenas 4% da população feminina do Sul é considerada não privada (NP) em nenhum dos dezoito indicadores escolhidos. O número de mulheres multidimensionalmente pobres diminui conforme o valor de  $k$  aumenta, por exemplo, quando  $k \geq 15$ , onde não existem mulheres pobres.

A proporção de mulheres pobres (H) varia de 96% a zero, para  $k = 1$  e  $k \geq 15$ , respectivamente. A pobreza média (A) aumentou até  $k = 14$  chegando a zero quando utilizado 15 indicadores, pois não havia nenhuma mulher com este número de privações. A última coluna da tabela 10 apresenta o  $M_0$  que varia de 0,1583 a zero, onde, indica que o total de indicadores que os pobres sofrem privação é aproximadamente 16% do máximo possível na amostra em estudo.

Tabela 10 – Pobreza multidimensional na região Sul para k indicadores em 2001

<b>k</b>	<b>Total de Mulheres</b>	<b>N° de Pobres</b>	<b>H</b>	<b>A</b>	<b>M<sub>0</sub></b>
1	30025	28823	0,9600	0,1649	0,1583
2	30025	23763	0,7914	0,1882	0,1489
3	30025	16675	0,5554	0,2210	0,1227
4	30025	8273	0,2755	0,2761	0,0761
5	30025	3924	0,1307	0,3360	0,0439
6	30025	1926	0,0641	0,3964	0,0254
7	30025	975	0,0325	0,4579	0,0149
8	30025	569	0,0190	0,5072	0,0096
9	30025	332	0,0111	0,5520	0,0061
10	30025	184	0,0061	0,5939	0,0036
11	30025	74	0,0025	0,6509	0,0016
12	30025	31	0,0010	0,7060	0,0007
13	30025	16	0,0005	0,7430	0,0004
14	30025	6	0,0002	0,7787	0,0002
15	30025	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pela autora

Na medida geral,  $k=6$ , a proporção de mulheres consideradas multidimensionalmente pobres é igual a 6,41%. Na medida de intensidade da pobreza (A) as mulheres demonstram em média privações em quatro dos dezoito indicadores selecionados na pesquisa e o  $M_0$  indica que o total de indicadores em que os pobres sofrem privações é aproximadamente 2% do máximo possível na amostra em estudo.

## **5.2 Incidência e intensidade da pobreza no ano de 2011:**

### *5.2.1 Na Região Norte*

Na região Norte, quando utilizado  $k = 1$ , apenas 5% das mulheres podem ser consideradas não privadas (NP) em nenhum dos indicadores considerados, os outros 95% são consideradas pobres. Quanto maior o valor de  $k$ , tende a não existir pessoa pobre para aquele número de indicadores, no caso desta região é quando  $k \geq 16$ , aí zera o número de pobres.

Relacionado à proporção de pobres, varia de 95,05% em  $k = 1$ , a zero quando utilizado  $k \geq 16$ . O que aumentou até  $k = 15$  foi a pobreza média (A), chegou a zero quando utilizado 16 indicadores (por não haver nenhuma mulher com este número de privações). A última coluna da tabela a seguir apresenta o  $M_0$  (que indica a incidência e a intensidade da pobreza multidimensional) que variou de 0,1949 a zero.

Quanto à medida geral, onde  $k = 6$ , 17,06% é a proporção de pessoas consideradas multidimensionalmente pobres; e as pessoas apresentam em média privações em quatro indicadores na medida de intensidade da pobreza e o  $M_0$  indica que o total de indicadores em que os pobres sofrem privações é aproximadamente 2% do máximo possível na amostra em estudo.

Tabela 11 – Pobreza multidimensional na região Norte para k indicadores em 2011

<b>k</b>	<b>Total de Mulheres</b>	<b>N° de Pobres</b>	<b>H</b>	<b>A</b>	<b>M<sub>0</sub></b>
1	28839	27411	0,9505	0,2051	0,1949
2	28839	23164	0,8032	0,2325	0,1867
3	28839	17976	0,6233	0,2676	0,1668
4	28839	12550	0,4352	0,3112	0,1354
5	28839	7970	0,2764	0,3624	0,1002
6	28839	4920	0,1706	0,4148	0,0708
7	28839	2973	0,1031	0,4683	0,0483
8	28839	1832	0,0635	0,5177	0,0329
9	28839	1108	0,0384	0,5656	0,0217
10	28839	667	0,0231	0,6091	0,0141
11	28839	383	0,0133	0,6488	0,0086
12	28839	186	0,0064	0,6887	0,0044
13	28839	54	0,0019	0,7427	0,0014
14	28839	17	0,0006	0,7875	0,0005
15	28839	3	0,0001	0,8333	0
16	28839	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pela autora

### 5.2.2 Na Região Nordeste

Para essa região, ao utilizar  $k = 1$ , aproximadamente 94% das mulheres foram consideradas pobres, conseqüentemente, 6% dessa população feminina é considerada não privada (NP) em nenhum dos indicadores selecionados. O número de mulheres multidimensionalmente pobres diminui conforme o valor de  $k$  aumenta, por exemplo, quando  $k \geq 16$ , onde não existem mulheres pobres.

A proporção de pobres varia de 94,08% a zero quando  $k = 1$  e  $k \geq 16$ , respectivamente. A pobreza média (A) aumentou até  $k = 15$ , e foi zero ao utilizar-se 16 indicadores (onde não há nenhuma mulher com este número de privações). A última coluna da tabela 12 apresenta o  $M_0$  para essa região que varia de 0,1850 a zero, e indica que o total de indicadores que os pobres sofrem privação é 18,5% do máximo possível na amostra em estudo.

Tabela 12 – Pobreza multidimensional na região Nordeste para k indicadores em 2011

<b>k</b>	<b>Total de Mulheres</b>	<b>Nº de Pobres</b>	<b>H</b>	<b>A</b>	<b>M<sub>0</sub></b>
<b>1</b>	54974	51717	0,9408	0,1967	0,1850
<b>2</b>	54974	43163	0,7852	0,2246	0,1763
<b>3</b>	54974	33304	0,6058	0,2583	0,1565
<b>4</b>	54974	22904	0,4166	0,2999	0,1249
<b>5</b>	54974	13727	0,2497	0,3518	0,0878
<b>6</b>	54974	8119	0,1477	0,4030	0,0595
<b>7</b>	54974	4744	0,0863	0,4526	0,0391
<b>8</b>	54974	2715	0,0494	0,5002	0,0247
<b>9</b>	54974	1473	0,0268	0,5472	0,0147
<b>10</b>	54974	736	0,0134	0,5945	0,0080
<b>11</b>	54974	328	0,0060	0,6431	0,0038
<b>12</b>	54974	129	0,0023	0,6925	0,0016
<b>13</b>	54974	50	0,0009	0,7333	0,0007
<b>14</b>	54974	9	0,0002	0,7839	0,0001
<b>15</b>	54974	1	0,0000	0,8002	0,0000
<b>16</b>	54974	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pela autora

Em  $k = 6$  (que é a medida geral) a proporção de mulheres multidimensionalmente pobres é de 14,77%. Nesta região, como nas outras, as mulheres apresentaram em média privações em 4 indicadores de intensidade da pobreza. O índice de pobreza multidimensional ( $M_0$ ) indica que o total de indicadores em que os pobres sofrem privações é aproximadamente 6% do máximo possível na amostra em estudo.

### 5.2.3 Na Região Centro-Oeste

Ao utilizar  $k = 1$ , cerca de 89% da população feminina é considerada pobre, os outros 11% são mulheres que podem ser consideradas não privadas (NP) em nenhum dos dezoito indicadores selecionados. Quanto maior considerar o valor de  $k$ , menos pessoas pobres devem ser identificadas, por exemplo, quando  $k \geq 14$  o número de pobres zera.

Tabela 13 – Pobreza multidimensional na região Centro-Oeste para k indicadores em 2011

<b>k</b>	<b>Total de Mulheres</b>	<b>N° de Pobres</b>	<b>H</b>	<b>A</b>	<b>M<sub>0</sub></b>
<b>1</b>	19206	17111	0,8909	0,1421	0,1266
<b>2</b>	19206	12280	0,6394	0,1762	0,1127
<b>3</b>	19206	7626	0,3971	0,2159	0,0857
<b>4</b>	19206	4067	0,2118	0,259	0,0548
<b>5</b>	19206	1764	0,0918	0,3071	0,0282
<b>6</b>	19206	617	0,0321	0,3618	0,0116
<b>7</b>	19206	205	0,0107	0,4192	0,0045
<b>8</b>	19206	65	0,0034	0,4846	0,0016
<b>9</b>	19206	28	0,0015	0,5376	0,0008
<b>10</b>	19206	11	0,0006	0,5959	0,0003
<b>11</b>	19206	5	0,0003	0,6444	0,0002
<b>12</b>	19206	2	0,0001	0,6944	0,0000
<b>13</b>	19206	1	0,0001	0,7001	0,0000
<b>14</b>	19206	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pela autora

Quanto a proporção de pessoas pobres (H): varia de 89,09% quando  $k = 1$ , a zero, quando considerados 14 ou mais indicadores; referente a pobreza média (A), ela aumenta até  $k = 13$ , sendo zero quando utilizado 14 ou mais indicadores. A última coluna da tabela acima apresenta o  $M_0$  que varia de 0,1266 a zero, onde, indica que o total de indicadores que os pobres sofrem privação é 12,66% do máximo possível na amostra em estudo.

Na medida geral,  $k = 6$ , a proporção de indivíduos considerados multidimensionalmente pobres é igual a 3,21%. As pessoas apresentaram em média privações em quatro dos dezoito indicadores selecionados na medida de intensidade de pobreza (A) e o  $M_0$  indica que o total de indicadores em que os pobres sofrem privações é aproximadamente 1% do máximo possível na amostra em estudo.

#### 5.2.4 Na Região Sudeste

Nesta região, quando  $k = 1$ , aproximadamente 88% dos indivíduos foram considerados pobres, portanto, cerca de 12% das mulheres são consideradas não privadas (NP) em nenhum dos dezoito indicadores selecionados. Quanto maior for o

valor de  $k$ , menor o número de mulheres multidimensionalmente pobres, por exemplo, quando  $k \geq 14$  onde não existem mulheres pobres para este número de indicadores.

Tabela 14 – Pobreza multidimensional na região Sudeste para  $k$  indicadores em 2011

<b>k</b>	<b>Total Mulheres</b>	<b>N° de Pobres</b>	<b>H</b>	<b>A</b>	<b>M<sub>0</sub></b>
1	53087	46543	0,8767	0,1325	0,1162
2	53087	31980	0,6024	0,1676	0,1010
3	53087	18543	0,3493	0,2086	0,0729
4	53087	8831	0,1663	0,2548	0,0424
5	53087	3370	0,0635	0,3076	0,0195
6	53087	1156	0,0218	0,3648	0,0079
7	53087	394	0,0074	0,4358	0,0032
8	53087	158	0,0030	0,4810	0,0014
9	53087	67	0,0013	0,5306	0,0007
10	53087	26	0,0005	0,579	0,0003
11	53087	8	0,0002	0,6319	0,0001
12	53087	2	0,0000	0,6944	0,0000
13	53087	1	0,0000	0,7222	0,0000
14	53087	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pela autora

A proporção de mulheres varia de 87,67% em  $k=1$ , a zero quando  $k \geq 14$ . A pobreza média (A) aumentou até  $k=13$ ; e zero se considerado 14 ou mais indicadores, pois não havia nenhuma mulher com este número de privações. A última coluna da tabela 14 é o  $M_0$ , que varia de 0,1162 a zero, e indica que o total de indicadores que os pobres sofrem privação é 17,67% do máximo possível na amostra em estudo.

Na medida geral, onde  $k=6$ , a proporção de mulheres multidimensionalmente pobres é igual a 2,18%. Na medida de intensidade da pobreza (A) as pessoas apresentam em média privações em quatro dos dezoito indicadores selecionados na pesquisa. O  $M_0$  indica que o total de indicadores em que os pobres sofrem privações é aproximadamente 0,7% do máximo possível na amostra em estudo.

### 5.2.5 Na Região Sul

Na região Sul, ao utilizar  $k=1$ , cerca de 84% das mulheres foram consideradas privadas e 16% desta população feminina da região é considerada não privada (NP) em

nenhum dos dezoito indicadores selecionados. Por outro lado, se constatou que em  $k=13$  não existiam indivíduos com este número de privações.

Tabela 15 – Pobreza multidimensional na região Sul para k indicadores em 2011

<b>k</b>	<b>Total de Mulheres</b>	<b>N° de Pobres</b>	<b>H</b>	<b>A</b>	<b>M<sub>0</sub></b>
<b>1</b>	28822	24380	0,8459	0,1311	0,1109
<b>2</b>	28822	166684	5,7832	0,1660	0,9600
<b>3</b>	28822	9680	0,3359	0,2058	0,0691
<b>4</b>	28822	4486	0,1556	0,2511	0,0391
<b>5</b>	28822	1587	0,0551	0,3039	0,0167
<b>6</b>	28822	478	0,0166	0,3648	0,0061
<b>7</b>	28822	152	0,0053	0,4323	0,0023
<b>8</b>	28822	60	0,0021	0,4990	0,0010
<b>9</b>	28822	31	0,0011	0,5501	0,0006
<b>10</b>	28822	19	0,0007	0,5818	0,0004
<b>11</b>	28822	7	0,0002	0,6269	0,0002
<b>12</b>	28822	2	0,0001	0,6666	0,0000
<b>13</b>	28822	0	0	0	0

Fonte: Elaborada pela autora

A proporção de mulheres pobres (H) varia de 84,59% a zero, para  $k=1$  e  $k \geq 13$ , respectivamente. A pobreza média (A) aumentou até  $k=12$  e chegou a zero quando utilizado 13 indicadores, pois não havia nenhuma mulher com este número de privações nesta região. A última coluna da tabela 15 apresenta o  $M_0$  que varia de 0,1109 a zero e indica que o total de indicadores que os pobres sofrem privação é 11% do máximo possível na amostra em estudo.

Na medida geral ( $k=6$ ), a proporção de mulheres consideradas multidimensionalmente pobres é igual a 1,66%. Na medida de intensidade da pobreza (A) as mulheres demonstram em média privações em quatro dos dezoito indicadores selecionados na pesquisa e o  $M_0$  indica que o total de indicadores em que os pobres sofrem privações é aproximadamente 0,6% do máximo possível na amostra em estudo.

### 5.3 Identificação dos indicadores que as mulheres mais sofrem privações

No último passo do método AF, optou-se por identificar quais os indicadores que as mulheres mais sofrem privação em cada dimensão por grande região do Brasil.

Com a tabela abaixo é possível verificar quais foram os indicadores que as mulheres mais sofrem privações no ano de 2001. Os números demonstram a intensidade em que essas privações ocorrem em cada grande região. Na dimensão acesso a condições básicas de sobrevivência, destaca-se o indicador posse de TV em cores que foi o item que as mulheres apresentaram maior número de privações; no acesso a trabalho e renda, evidencia-se a faixa de rendimento domiciliar per capita; na dimensão acesso ao conhecimento, a posse de microcomputador foi o indicador que apresentou maior privação; na quarta e última dimensão que é o controle sobre o próprio ambiente, a condição de ocupação do domicílio possui maior privação.

Tabela 16 – Indicadores que as mulheres sofrem maior privação, quando  $k = 6$ , em porcentagem no ano de 2001.

<b>Indicador / Grande Região</b>	<b>NORTE</b>	<b>NORDESTE</b>	<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>SUDESTE</b>	<b>SUL</b>
Tem microcomputador	99,37%	99,82%	99,32%	99,75%	99,27%
Faixa do rendimento mensal domiciliar per capita	83,17%	86,55%	59,76%	78,22%	76,53%
Tem TV em cores	63,95%	71,96%	63,62%	65,85%	71,72%
Condição de Ocupação do Domicílio	79,90%	78,33%	54,18%	60,25%	65,75%

Fonte: Elaborada pela autora.

As tabelas 16 e 17 foram formuladas ao considerar  $k = 6$ , onde, valores intermediários devem ser considerados para  $k$ , a fim de evitar que extremos ocorram, como por exemplo, 100% da população vir a ser considerada pobre (quando  $k = 1$ ). Ao observar a tabela 17, assim como na tabela 16, é possível identificar não só as dimensões, mas também os indicadores que as mulheres mais sofrem privações em 2011 por grande região. Na primeira dimensão, acesso a condições básicas de sobrevivência, destaca-se o indicador destino do lixo domiciliar; na dimensão acesso a trabalho e renda, distingue-se a faixa de rendimento domiciliar per capita; no acesso ao conhecimento, a posse de microcomputador foi o indicador que apresentou maior privação; na quarta e última dimensão, que é o controle sobre o próprio ambiente, a condição de ocupação do domicílio foi onde as mulheres apresentaram maior privação.



Tabela 17 – Indicadores que as mulheres sofrem maior privação, quando  $k = 6$ , em porcentagem no ano de 2011.

<b>Indicador / Grande Região</b>	<b>NORTE</b>	<b>NORDESTE</b>	<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>SUDESTE</b>	<b>SUL</b>
Tem microcomputador	99%	99,67%	95,95%	97,58%	95,82%
Faixa do rendimento mensal domiciliar per capita	79,55%	81,54%	68,88%	74,48%	73,01%
Destino do Lixo Domiciliar	72,64%	76,52%	62,24%	57,09%	54,39%
Condição de Ocupação do Domicílio	17,42%	19,66%	55,75%	44,64%	40,59%

Fonte: Elaborada pela autora.

Observa-se que em 2001, em todas as regiões, mais de 99% das mulheres foram consideradas privadas no indicador posse de microcomputador. Já em 2011, neste mesmo indicador, as condições das mulheres (ao acesso ou não) melhoraram, sendo que as regiões Sul e Centro-Oeste são onde foram apresentados os melhores resultados 95,82% e 95,95%, respectivamente. Este bem é de suma importância para o acesso ao conhecimento e influência diretamente nas chances de se conseguir um bom emprego.

Quanto a faixa de rendimento, em 2001 a região Nordeste era onde as mulheres consideradas pobres recebiam os menores salários, este grupo, que recebem menos que  $\frac{1}{2}$  salário mínimo mensal representava 86,5% da população feminina da região. O inverso ocorreu na região Centro-Oeste, que apresentou a melhor situação comparada às demais regiões; apenas 60% das mulheres ganhavam menos de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Em 2011, a única região que não apresentou melhorias neste índice, em relação ao ano de 2001, foi a Centro-Oeste; 68,88% as mulheres que ganhavam menos de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Para Sen (2010), mesmo a renda não sendo o único meio para se alcançar a redução da pobreza, é uma das dimensões mais importantes da pobreza.

Na região Norte e Nordeste, no indicador destino do lixo domiciliar em 2011, cerca de 75% das mulheres não recebiam cobertura deste serviço; já na região Sul, os índices foram os melhores para este ano, aproximadamente 55% das mulheres ainda não estavam recebendo este serviço. Este indicador é considerado essencial, pois o não recolhimento do lixo domiciliar colabora para a proliferação de doenças e da poluição (DDS, 2014).

Porém, em 2001, o indicador acesso a TV em cores (que se destacou na dimensão acesso a condições básicas de sobrevivência) as regiões Nordeste e Sul possuem o maior número de mulheres sem acesso a este bem, aproximadamente 72% da

população feminina. Em contrapartida as regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram o menor número de mulheres privadas neste indicador, cerca de 64% das mulheres apenas.

A condição de ocupação do domicílio foi o indicador que apresentou os resultados mais significativos no quesito melhorias. Observa-se que em 2001, as regiões Norte e Nordeste possuíam quase 80% de suas mulheres privadas neste indicador, porém, em 2011, o número de mulheres que apresentaram privação nestas mesmas regiões foi inferior a 20%, onde, é considerado privado o indivíduo que não possuir residência própria (já paga ou ainda pagando) (IBGE, 2015).

## 6. CONCLUSÃO

Sob o enfoque multidimensional via o método Alkire Foster (AF), este trabalho possibilitou identificar as maiores privações sofridas pelas mulheres das grandes regiões do Brasil. A partir dos dados coletados e analisados para os anos de 2001 e de 2011, foi possível constatar que a dimensão acesso ao conhecimento é onde as mulheres mais são privadas, tanto pelo seu indicador posse de microcomputador, quanto pelos seus anos de estudo.

O método AF é composto de doze etapas, sua utilização apresenta vantagens como a fácil interpretação e deixa explícito a escolha das dimensões consideradas, possibilita a identificação de privações sobrepostas e por ser flexível, permite ao pesquisador definir os cortes de suas dimensões e indicadores. Este método possibilitou elencar as principais privações dos indivíduos e o grau em que ocorrem, para que assim, medidas possam ser tomadas para melhorar a qualidade de vida das pessoas através da formulação de políticas públicas específicas gerando redução da pobreza multidimensional.

Ao adotar a análise multidimensional proposta para as cinco grandes regiões do Brasil, nos anos de 2001 e 2011, constatou-se que: o Sul, tanto em 2001 quanto em 2011, foi a região que teve a maior concentração de mulheres sem privação nenhuma. O inverso ocorre para o Norte, onde, em ambos os anos essa região apresentou a maior concentração de pessoas com privação (se comparada às demais regiões), o que não deve passar despercebido é que em 2001 quase 100% da população dessa região possuía no mínimo uma privação.

A região Nordeste foi a que apresentou os resultados mais significativos referente a atendimentos de coleta de lixo, abastecimento de água, entre outros serviços, porém, ainda assim é a região onde as mulheres mais apresentam privações.

O Nordeste, também, apresentou a maior concentração da pobreza média (A) em 2001. Em contrapartida, a região Sudeste foi quem registrou a menor pobreza média (A) e por consequência a menor incidência ajustada. Diferentemente de 2011, que a maior pobreza média (A) se concentrou na região Norte e a menor, na região Sul.

O índice de pobreza multidimensional calculado, possibilitou identificar a região Nordeste como a que possuía as mulheres mais próximas da pobreza em 2001 (mas ainda longe da situação de extrema pobreza), ao considerar  $k = 6$  ou mais indicadores.

Porém, o quadro se inverte em 2011, quando a região Norte é quem passa a ser identificada como a que possui as mulheres mais próxima da pobreza. O Sul, sem dúvida, é a região que apresentou os melhores resultados para ambos os anos (2001 e 2011), as mulheres residentes nessa região estão muito afastadas da situação de extrema pobreza (0,6% em 2011).

Os resultados obtidos na pesquisa multidimensional da pobreza demonstram que, quando considerado  $k = 6$  (onde as mulheres são privadas em pelo menos seis indicadores), constatou-se uma queda significativa no número de pobres em 2011 comparados a 2001, com exceção da região Norte, que em 2001 possuía 34,35% menos mulheres privadas em  $k = 6$  ou mais indicadores. Para este mesmo número de indicadores, o Nordeste apresentou a redução mais significativa de todas as regiões, em 2011 havia 45,51% menos mulheres pobres que em 2001.

Em 2001 e 2011, de forma geral, os indicadores em que as mulheres mais apresentaram privações para cada dimensão foram os mesmos, com exceção da dimensão acesso a condições básicas de sobrevivência que em 2001 destacou-se o indicador posse de TV em cores e, em 2011, sobressaiu o indicador destino do lixo domiciliar.

Para a realização deste trabalho, foram utilizados dados secundários coletados via PNAD, que possui um dos sistemas de informação mais completos já disponibilizados, porém, faltam informações, principalmente, referente a saúde. Quanto a comparação entre países do índice de pobreza multidimensional, observa-se a indisponibilidade de dados iguais/simultâneos para todos os países.

Estes resultados, sem dúvida, podem e devem ser utilizados para identificar os locais e quais as variáveis que mais precisam de atenção para determinado investimento, problemas só poderão ser resolvidos, quando identificados não só em quantidade, mas também, em intensidade.

Interpretar a pobreza como um fenômeno multidimensional é essencial na atual conjuntura social em que se estrutura o país. Isso significa que é preciso que haja ações sociais e econômicas integradas que contribuam para a promoção do desenvolvimento que, conseqüentemente, permita a eliminação dos riscos de incidência da pobreza não só para as mulheres, mas para todos os indivíduos.

## REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, M. R. de; CUNHA, M. S. da. **Uma análise da pobreza sob o enfoque multidimensional no Paraná.** Revista de Economia, v.38, n.3 (ano 36), p.45-64, set.\dez.2012. Editora UFPR.

ALKIRE S.; S. SETH. **Multidimensional Poverty and BPL measures in India: A comparison of methods** – Working Paper No. 15, Oxford Poverty & Human Development Initiative, Oxford University 2009.

ALKIRE, S. **Choosing Dimensions: the Capability Approach and Multidimensional Poverty.** *Munich Personal RePEc Archive (MPRA)*, n. 8862, 2008.

ALKIRE, S. **Dimensions of Human Development.** *World Development*, v. 30, n. 2, p. 180-205, 2002.

ALKIRE, S. **Summer School on Capability and Multidimensional Poverty.** Oxford: University of Oxford, 2011. (Oxford Poverty & Human Development)

ALKIRE, S.; FOSTER, J. **Counting and Multidimensional Poverty.** OPHI Working Paper, n. 32, 2009.

ALKIRE, S.; FOSTER, J. **Counting and Multidimensional Poverty.** Oxford: University of Oxford, 2007. (Oxford Poverty & Human Development Initiative Working Paper, n. 7).

ALKIRE, S.; SANTOS, E. **Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries.** Oxford: University of Oxford, 2010.

BAGOLIN, Izete Pengo. Human Development Index (HDI) - A poor representation to Human Development Approach. Paper apresentado na 4 International Conference on the Capability Approach, th Setembro, 2004. Pavia, Itália.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial (2000/2001): luta contra a pobreza.** Washington, D.C.; 20433 EUA. 2001.

BARROS, P. A.; CARVALHO, M., FRANCO, S. **Índice de desenvolvimento da família (IDF).** IPEA: Rio de Janeiro, 2003. (Texto para discussão N° 986).

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **Pobreza Multidimensional no Brasil.** Brasília: IPEA, 2006.

BRITES, Marindia; FERREIRA, Taís R. S.; MOURA, Ana C.; LANZA, Tatiana; MARIN, Solange R. **Pobreza Multidimensional nas grandes regiões brasileiras: uma aplicação do método Alkire Foster (AF) (2012).** I Seminário Jovens Pesquisadores 2013.

CARNEIRO, Carla Bronzo Ladeira. Concepções sobre pobreza e alguns desafios para a intervenção social. In: Revista Social e Sociedade. nº84. São Paulo: Cortez,2005.(66-90)

CODES, A. L. M. de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza:** em direção a uma visão complexa. Brasília: IPEA, abr. 2008. (Texto para discussão nº 1332)

DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE (DDS). **Aspectos sociais relacionados à coleta e à reciclagem do lixo no Brasil.** Disponível em: <http://dssbr.org/site/>. Acesso em: 12 mar. 2015.

FERES, Juan C.; Villatoro, Pablo. **A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica.** CADERNO DE ESTUDOS. Desenvolvimento social em debate. 2013. Pg 32.

GALLO, Cesar R.; ROCHE, José M. **Las dimensiones de la pobreza em Venezuela y sus câmbios entre 1997 y 2010: propuesta de una medida multidimensional.** Banco Central de Venezuela (BCV) 2011.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/default.shtm> Acesso em: 17 jan. 2015.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Pesquisa Nacional de Saúde 2013. Acesso em: 24 mai. 2015.

IPEA – **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 17 jan. 2015.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. **Pobreza no Brasil:** uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, v. 15, n. 1, p. 79-112, 2006.

KERSTENETZKY, C. L.; VECCHIO, R. D.; CARVALHO, M. M. de. **Uma metodologia para estimação da pobreza multidimensional aplicada às regiões metropolitanas brasileiras – 2003 e 2008.** Center for Studies on Inequality and Development, Niteroi, 2011.

MARIN, S. R.; OTTONELLI, J. **Medida Multidimensional da Pobreza: um exercício em Palmeira das Missões–RS.** *Redes* 13.3 (2009): 241-265.

MARIN, S. R.; OTTONELLI, J. **Medida multidimensional de pobreza: um exercício em Palmeira das Missões – RS.** REDES: Revista do Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, v.13, n.3, p.241 – 265. Set./Dez. 2008.

MIDEROS, A. M. Ecuador: Definición y medición multidimensional de la pobreza, 2006-2010, **Revista de la CEPAL**, nº108, p. 51-70, 2012.

OLIVEIRA, L. S. de. **Três Ensaio sobre Pobreza Multidimensional**. Rio de Janeiro, 2010. p.123; Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Doutorado em Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 12 abril 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano 1997**. Nova Iorque: Nações Unidas, 1997.

RDH – **Relatório de Desenvolvimento Humano**. A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. (2010)

ROCHA, S. Pobreza no Brasil – Afinal, do que se Trata? Editora FGV. 2003

SANTOS, L.; KERSTENETZY, C. L. **Pobreza como privação de liberdade: o caso da favela do Vidigal no Rio de Janeiro**. Center for Studies on Inequality and Development, Niterói, 2010. (Texto para discussão nº 23).

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec.2009. (77-86)

SEN, A. K. **Poverty in the human development perspective: concept and measurement**. In: Human Development Report. Pag. 15-23, 1997.

\_\_\_\_\_ **Poverty in the human development perspective: concept and measurement**. In: Human Development Report. Pag. 15-23, 1997.

\_\_\_\_\_ **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_ **A decade of human de development**. Journal of Human Development, Vol 1, Nº 1: p.18

\_\_\_\_\_ **Poverty: an ordinal approach to measurement**. Econometrica, Paper, n. 44, 1976: 219 – 231.

SEN, Amartya; ANAND, Sudhir. **Concepts of Human Development and Poverty: A Multidimensional Perspective**. In: Poverty and Human Development: Human Development Papers 1997.

SIDRA (IBGE) - **Banco de dados Agregados**. Disponível em: [www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br) Acesso em: 17 jan. 2015.

TODARO, M. P; SMITH, S. C. Economic Development. 10th ed. (2012)

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Human Development Report 1998:** Consumption for Human Development. New York: Oxford University Press, 1998.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **The Real Wealth of Nations:** Pathways to Human Development. 2010. Disponível em: [http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/270/hdr\\_2010\\_en\\_complete\\_reprint.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/270/hdr_2010_en_complete_reprint.pdf)  
Acesso em: 20 mar. 2015.